



### Casa revitalizada

Depositário de um acervo de incalculável valor histórico e cultural, o Arquivo Público Mineiro (APM) vem reafirmando, desde 1895, seu compromisso com o Estado de Minas Gerais por meio de um leque de serviços – que também se amplia a cada ano – prestados à comunidade mineira e brasileira, em especial aos estudiosos de nossa História, graças à riqueza da documentação custodiada, reveladora de aspectos cruciais da sociedade que aqui se desenvolveu a partir do século XVII.

Esse patrimônio documental guardado em diversos suportes e de variada natureza – impressos, papéis manuscritos, cópias e negativos fotográficos e filmográficos, documentação político-administrativa e arquivos pessoais – que gradativamente vem sendo convertido ao meio digital e disponibilizado para consulta *on-line* pelos usuários requer acomodação em instalações apropriadas e, acima de tudo, seguras.

Muitos foram os locais ocupados pelo APM ao longo de sua história, o mais antigo deles a própria residência de seu fundador e primeiro diretor, José Pedro Xavier da Veiga, na antiga capital Ouro Preto. O pioneiro não veria, contudo, a transferência do órgão de que fora o

grande inspirador para a nova capital, em 1901, tendo falecido um ano antes.

Em Belo Horizonte, o Arquivo Público Mineiro funcionou em diversas sedes provisórias, até ocupar, a partir de 1938, a casa que veio a ser, até a atualidade, sua sede definitiva. O bonito casarão neoclássico edificado em 1897 pela Comissão Construtora da Nova Capital servira de residência ao secretário de Finanças do Estado até 1910, sendo posteriormente destinado à sede da Prefeitura da capital durante os 28 anos subsequentes, quando então passou a abrigar esta instituição.

Essa digressão fez-se necessária para que se possa melhor aquilatar a importância das obras de restauração do edifício sede do Arquivo Público Mineiro, que completam e atualizam reformas parciais realizadas a partir de 1998. Elas se inscrevem entre as medidas indispensáveis à preservação do patrimônio histórico do Estado e têm caráter prioritário em função da conservação do acervo documental, de maior segurança e conforto dos que aqui trabalham, assim como dos usuários de nossos serviços.

Essas obras, cujo custo está orçado em R\$ 1 milhão, aproximadamente, levam também em conta o compromisso decorrente do tombamento do prédio em

1975 e sua posterior incorporação ao Circuito Cultural Praça da Liberdade, que abarca todo o conjunto urbanístico e arquitetônico onde se abrigou o núcleo administrativo e político do Estado até sua mudança para a Cidade Administrativa.

Mostrou-se, dessa forma, o Poder Público sensível aos reclamos de funcionalidade e beleza desse bem patrimonial hoje incorporado à memória de Minas. A presente edição da **Revista do Arquivo Público Mineiro** se faz, assim, porta-voz da satisfação que todos sentimos com a revitalização de nossa casa, tópico importante para a continuação da tarefa iniciada em Ouro Preto no ano de 1895, de que a **RAPM** é parte integrante.

Cabe uma palavra sobre o conteúdo desta edição, que – da mesma forma que nos demais volumes lançados a partir de 2005 – se vincula a projetos institucionais em fase de implementação ou finalizados recentemente no APM. Nesse sentido, o Dossiê *Conspirações e sedições nas Minas Gerais* registra e comemora a disponibilização na internet dos acervos históricos de câmaras mineiras, não custodiados pelo Arquivo Público Mineiro e cujos documentos, ao longo dos séculos XVIII e XIX, registraram inúmeras ocorrências de revolta e rebeldia.

A transferência provisória desses acervos, iniciativa implementada na gestão da superintendente Edilane Carneiro (1999-2005), implicou parcerias institucionais com as câmaras de Sabará, Mariana, Caeté, Campanha e Tiradentes. Uma vez no APM, essa documentação foi higienizada, descrita, microfilmada e digitalizada, sendo em seguida devolvida às instituições de origem. A partir de 2013, as imagens digitalizadas desses fundos começaram a ser progressivamente disponibilizadas *on-line* via Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM).

Ao darmos a público mais um número da **RAPM**, juntamos nossa satisfação aos agradecimentos devidos a todos quantos tornaram possível a continuidade deste projeto editorial, em especial à secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, e equipe, que nos têm transmitido o entusiasmo indispensável à continuidade de nossos esforços; ao Programa Cemig Cultural, pelo apoio financeiro; aos membros de nosso Conselho Editorial; aos colaboradores que nos emprestam o brilho de sua inteligência, notadamente ao professor Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, coordenador do Dossiê desta edição; e aos profissionais responsáveis por sua feitura.

**Vilma Moreira dos Santos**  
Superintendente do Arquivo Público Mineiro